

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2019 SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, a Quadragésima Oitava Reunião Ordinária sob a presidência do vereador Jorge Federal. O Presidente promoveu a abertura da Reunião Ordinária. O vereador Professor Marcelo procedeu à verificação da presença dos vereadores. Presentes: Alexandro de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEEL PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Maria das Graças Barbosa Moraes Fonseca (GRAÇA FONSECA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Observado o número regimental, o Presidente pôde proceder com a instalação da Sessão. O vereador Irmão Biá prosseguiu com a leitura do trecho da Bíblia Sagrada: Livro de Efésios, Capítulo 4, Versículos 25 - 32. O vereador Professor Marcelo realizou a leitura da Minuta da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove. EM DISCUSSÃO: a Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária. Não houve quem quisesse discutir. EM VOTAÇÃO. Não houve discordância alguma. APROVADA a Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária. O Primeiro Secretário, vereador Algério, prosseguiu com a leitura do *Expediente*. **OFÍCIOS: Ofício nº 491/2019 – 2ª PJDC** - Autora: Maísa Silva Melo de Oliveira/ Promotora de Justiça MPPE. Assunto: Comunica Audiência Pública a ser realizada no dia 04 de setembro de 2019, quarta-feira às 14:00 horas, no auditório da Sede das Promotorias de Justiça de Olinda, localizada na Avenida Pan Nordestina, nº 646, Vila Popular para prestação de esclarecimentos à população e à comunidade jurídica quanto ao respeito e a proteção legal às religiões de matriz africana e seus rituais de sacralização de animais. **Ofício nº 115/2019 – GAB/SEGOV** - Autora: Mirella Almeida/Secretaria de Governo da PMO. Assunto: Resposta ao Ofício DL nº 2575/2019, Requerimento nº 1130/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Biai; **Ofício nº 119/2019 – GAB/SEGOV** - Autor: Clarice Sales/Assessora Especial da PMO. Assunto: Lei do Poder Municipal: Lei Nº 6097/2019 –Consolida a legislação que rege o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Olinda – COMDIO e dá outras providências; **Ofício nº 1589/2019 GAB/SEINFRA** - Autor: Marconi Madruga/ Secretário de Infraestrutura. Assunto: Resposta ao Ofício DL nº 2448/2019, Requerimento nº 1085/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Irmão Biá; **Ofício nº 1594/2019 GAB/SEINFRA** - Autor: Marconi Madruga/ Secretário de Infraestrutura. Assunto: Resposta ao Ofício de Gabinete nº 087/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Jesuíno Araújo; **Ofício nº 1595/2019 GAB/SEINFRA** - Autor: Marconi Madruga/ Secretário de Infraestrutura. Assunto: Resposta ao Ofício de Gabinete nº 079 e 080/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Mizael Prestanista; **Ofício nº 1596/2019 GAB/SEINFRA** - Autor: Marconi Madruga/ Secretário de Infraestrutura. Assunto: Resposta ao Ofício de Gabinete nº 038/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Neto de Beira Rio; **Ofício nº 1597/2019 GAB/SEINFRA** - Autor: Marconi Madruga/ Secretário de Infraestrutura. Assunto: Resposta ao Ofício DL nº 1460/2019, Requerimento nº 633/2019 de autoria do Excelentíssimo Vereador Saulo Holanda; **Ofício nº 001/2019** - Autor: Antônio Cosmo da Silva Filho /Presidente do PMNA. Assunto: Solicita o espaço do plenário para realizar a solenidade da efetivação do diretório definitivo municipal do Partido da Mobilização Nacional - PMN 33, no dia 27/09/2019, sexta-feira das 19 horas às 21 horas; **Protocolo nº 1775/2019** - Autor: Gilberto Giba Sobral Magalhães/Presidente do PTC em

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Olinda. Assunto: Comunica que assumiu a Presidência da Comissão Provisória do PTC, cuja missão é a de conduzir a instalação do Diretório Municipal e montagem de chapas próprias para a disputa eleitoral de 2020; **REQUERIMENTOS: REQ. Nº 1347 /2019** - Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer pedido de informação a respeito da relação dos veículos com respectivas cópias do IPVA 2019 locado na Prefeitura e suas secretarias contendo placas. Empresa com CNPJ ou Pessoa Física com CPF do proprietário como também especificando o local para onde o veículo foi destinado; **REQ. Nº 1348 /2019** - Autor: Vereador Vlademir Labanca. Assunto: Requer que seja feita a colocação de um poste na travessa da Rua Jenipapo s/n, em frente à Escola Aprender Pensando no bairro da Vila Manchete em Ouro Preto; **REQ. Nº 1349 /2019** - Autor: Vereador Vlademir Labanca. Assunto: Requer a manutenção com a operação tapa buraco da Rua Helena Lira Silva (antiga Rua C 7), localizada no bairro de Ouro Preto; **REQ. Nº 1350 /2019** - Autor: Vereador Vlademir Labanca. Assunto: Requer a manutenção com a Operação tapa buraco da Rua Ouriço do Mar, na altura do nº 24 A, em frente à Igreja Jesus Mestre em Ouro Preto; **REQ. Nº 1351 /2019** - Autor: Vereador Vlademir Labanca. Assunto: Requer serviço de limpeza, capinação e terraplanagem na Rua Golfinho, no bairro de Ouro Preto; **REQ. Nº 1352 /2019** - Autor: Vereador Vlademir Labanca. Assunto: Requer serviço de poda de uma árvore na Rua Ouriço do Mar, na altura do nº 24- A, em frente à Igreja Jesus Mestre em Ouro Preto; **REQ. Nº 1353 /2019** - Autor: Vereador João Pé no Chão. Assunto: Requer mutirão e Operação arrumando a Casa para o bairro de Ouro Preto Rua Ana Moreira Lins Calas, Rua Guiomar Gouveia de Figueiredo Matos, Rua Doutor João da Silva e terreno do banco em Jatobá; **REQ. Nº 1354 /2019** - Autor: Vereador Saulo Holanda. Assunto: Requer a troca de lâmpada apagada no poste s/n na Rua João Maia em frente a casa nº 41 em Peixinhos; **REQ. Nº 1355 /2019** - Autor: Vereador Saulo Holanda. Assunto: Requer a troca de lâmpada apagada no poste s/n na Rua João Maia em frente a casa nº 25 em Peixinhos; **REQ. Nº 1356 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Patagonha em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1357 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Bogotá em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1358 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Bica em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1359 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Nova em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1360 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Tupy em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1361 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na Rua Niterói em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1362 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na 1ª Travessa da Rua da Mata; **REQ. Nº 1363 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviço de calçamento na 2ª Travessa Rua Nova em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1364 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Severino Simeão em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1365 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua C e Transversais em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1366 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua São Braz em Aguazinha; **REQ. Nº 1367 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Nigéria em Aguazinha; **REQ. Nº 1368 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua do Marcos em Aguazinha; **REQ. Nº 1369 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Santo Amaro em Aguazinha; **REQ. Nº 1370 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Vila do Marcos em Aguazinha; **REQ. Nº 1371 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Estrada de Aguazinha; **REQ. Nº 1372 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

de calçamento na Rua 2 de fevereiro em Aguazinha; **REQ. Nº 1373 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Maria Tereza em Jardim Brasil V; **REQ. Nº 1374 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Marechal Castelo Branco em Jardim Brasil V; **REQ. Nº 1375 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Clarisse em Jardim Brasil V; **REQ. Nº 1376 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na 1ª Travessa Rua Nova em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1377 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Ipanema em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1378 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Iracema em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1379 /2019** - Autor: Vereador Márcio Barbosa. Assunto: Requer serviços de calçamento na Rua Rosa de Lima em Sapucaia de Dentro; **REQ. Nº 1380 /2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação do calçamento da Rua 62 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1381 /2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação do calçamento da Rua Estudante Cláudio Uchôa Cavalcanti na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1382 /2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação do calçamento da Praça (mini área de lazer) da Rua A-12 (Caixa D'Água) na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1383 /2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação do calçamento da Praça (mini área de lazer) da Rua B-5 na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1384/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação do calçamento da Praça (mini área de lazer) da Rua B-19 na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1385/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação da Praça (mini área de lazer) da Rua B-12 na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1386/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação da Praça (mini área de lazer) da Rua B-09 na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1387/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a recuperação da Praça (mini área de lazer) da Rua AB-07 na 1ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1388/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 44 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1389/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 46 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1390/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 47 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1391/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 75 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1392/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 32 na 4ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1393/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 56 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1394/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 63 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1395/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 21 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1396/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 19 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1397/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 15 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1398/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 12 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1399/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 08 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1400/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer a pavimentação da Rua 40 na 5ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1401/2019** - Autor: Vereador Jesuíno Araújo. Assunto: Requer complemento de cerca de 100 metros e recuperação dos atuais paralelepípedos, na Rua da Boa Hora, bairro do Varadouro. **REQ. Nº 1402/2019** - Autor: Vereador Biaí. Assunto: Requer que o saldo hoje na conta desta Câmara, para que seja usado em ações nas áreas de risco desta cidade; **REQ. Nº 1403/2019** - Autor: Vereador Ricardo Sousa Assunto: Requer a remoção de lixo e entulho localizado na Rua Belmonte, no bairro dos Bultrins; **REQ. Nº**

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

1404/2019 - Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer a remoção de lixo e entulho localizado na Rua Amaraji, no bairro do Alto da Mina; **REQ. Nº 1405/2019** - Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer que seja realizada a capinação na Rua Manoel Regueira, no bairro dos Bultrins, para resolver problemas com imensa quantidade de mato que impossibilitam o trânsito de carros, motocicletas, pedestres e moradores da referida rua. Encerrada a leitura do **Expediente. PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** *"Antes de começar o Livro de Oradores, eu queria falar sobre a audiência pública que teve ontem no ministério público, com relação às prévias carnavalescas, que acontecem a partir do dia 1º de setembro, quando já começam as pré-prévias. Teve uma audiência pública aqui nesta Casa para tratar disso e um simpósio com os blocos de carnaval e a Prefeitura, Polícia Militar e outros órgãos sobre esse assunto. Existiu uma intenção do Ministério Público de fazer um termo de ajustamento de conduta com os blocos e com as pessoas envolvidas com esses eventos culturais, tanto no horário como também na agenda de localização de onde vai sair e qual o itinerário. As agremiações, bem como a Prefeitura, se colocaram contrários a esse tipo de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, uma vez que a intenção do Ministério Público, a princípio, era atender aos pedidos dos moradores da cidade Alta, que reclamam da grande quantidade de gente que se aglomera nas ruas nos domingos a partir do mês de setembro. Mas, também o TAC proibia que houvesse atividades culturais em locais públicos após as 18h, limitando, assim, uma possibilidade de haver qualquer atividade cultural de desfile de bloco ou ensaio de escola de samba, de maracatu. Então, tanto as agremiações como também a Prefeitura, acham que esse tipo de limitação prejudicaria a cidade como um todo no tocante a um cerceamento de promover a cultura, por querer delimitar certo momento para que as pessoas pudessem fazer esses eventos. Então, o que foi deliberado, com a negativa de Prefeitura de aceitar esse modelo de colocar um horário de 15h às 18h, então, as agremiações se negaram a assinar o TAC nesse sentido. A Prefeitura achou que era uma forma não possível de se conduzir e eu também falei, representando a Câmara de Vereadores, e concordei com a posição dos blocos e com a posição do secretário de cultura de ser discutido na Comissão Permanente do Carnaval esses temas, já que o único ente que se colocava contrário era a Polícia Militar, porque diz que não tem efetivo para manter a segurança nesses domingos. E aí, assim, a minha fala foi no sentido de concordar com a posição da Prefeitura e dos blocos de carnaval e que o governo do estado pudesse dar condições mínimas de apresentação da cultura no nosso município, já que se aflora nesses meses de setembro a fevereiro os ensaios, os desfiles, e nós não temos durante esse período campeonato pernambucano, não temos times de Pernambuco jogando na série A, que é aos domingos. Então, há possibilidade de o governo do estado disponibilizar policiamento para o Sítio Histórico aos domingos. Então, essa negativa da Polícia Militar não se justificou diante dos presentes e foi deliberado e aceito pelas duas promotoras, dra. Célia e dra. Belize, que esse tema não fosse tratado como TAC e sim que fosse discutido na Comissão Permanente do Carnaval que a secretaria deu o prazo até amanhã, dia 30, para instituir o edital e fazer o chamamento dos responsáveis por cada bloco, cada entidade, pela SODECA e outras entidades de defesa do Sítio Histórico, Ministério Público, Câmara de Vereadores. E nesse sentido, o Ministério Público deliberou o prazo de quarenta e cinco dias a partir de ontem para que a Comissão Permanente do Carnaval fizesse o planejamento desse ano, já que a gente está em cima do período e não tem como se conduzir através de TAC haja vista que não existe nenhuma lei que está sendo descumprida, apenas a falta de segurança está sendo descumprida. Foi aceito por todos para que a Comissão Permanente do Carnaval tivesse esse prazo para encaminhar à promotora o que foi deliberado de acordo com a Lei do Carnaval que foi aprovada aqui em 2015."*

VEREADORA GRAÇA FONSECA: *"Desculpem a voz, porque estou numa gripe terrível. Eu queria deixar registrado aqui que esta Casa antecipou-se à discussão ocorrida no Ministério*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Público nas duas audiências que foram realizadas naquele órgão, porque nós realizamos aqui uma audiência pública em que foi decidido exatamente, junto com os diversos seguimentos da sociedade, com a Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, representantes da administração, que toda essa discussão relativa às prévias e ao próprio carnaval só seriam possíveis serem discutidas e decididas através da instalação da Comissão Permanente do Carnaval, que está na Lei do Carnaval. Então, foi uma audiência em que houve uma harmonia em que todos os seguimentos puderam mostrar as suas dificuldades e anseios em relação a isso e já saímos daqui pactuados com isso, de que até o fim do mês seria aberto edital para instalação da Comissão Permanente do Carnaval. Então, mais uma vez quero dizer que a nossa Casa se antecipou e o que foi decidido no Ministério Público foi exatamente o que já havia sido acordado aqui. Nessa audiência realizada aqui na Câmara o Ministério Público realmente não estava presente, mas a Câmara fez o papel dela ao mediar a Prefeitura e todos os seguimentos envolvidos com o carnaval de Olinda. **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** *"Está registrado, dra. Graça."* O Presidente declarou aberto o **Livro de Oradores**. O vereador Jesuíno Araújo discursou. **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** *"Bom dia a todos os vereadores e vereadoras que estão aqui hoje, bom dia às pessoas que estão assistindo. Primeiro queria me desculpar por não ter participado da audiência de ontem do Ministério Público, haja vista que participamos na quarta-feira à noite no teatro Bonsucesso, com vários blocos, discutindo justamente esse tema. Ontem eu saí daqui já 13h e pouca, como tinha uma audiência à noite de nossa autoria no Alto da Mina nos Bultrins, então, eu precisei ir para os Bultrins para resolver algumas situações da audiência. Mas a gente vai acompanhar e me coloco à disposição de alguns blocos, principalmente aqueles que têm o nosso apoio na cidade, para que o Ministério Público reveja toda essa situação e que a Prefeitura ande ao lado dos blocos para poder dar o apoio que esses blocos precisam. Queria dizer que no último fim de semana participamos do congresso da UVP lá em Triunfo, acompanhando o deputado federal Daniel Coelho, em algumas cidades onde ele tem base eleitoral e aí de lá aproveitamos para ir para o congresso, com a viagem totalmente paga por mim, já que a Câmara não tem mais as diárias para os vereadores e a gente se fez presente nesse congresso, onde o deputado federal Daniel Coelho palestrou na articulação política x novas políticas. O congresso foi muito proveitoso, com muitos vereadores presentes, tendo como um dos palestrantes o desembargador Delmiro Campos, diretor da escola jurídica do TRE de Pernambuco. Então, pra mim é um dos melhores congressos, já que participei nos meus dois mandatos aqui nesta Casa. Parabenizado mais uma vez o presidente Josinaldo por esse evento maravilhoso que foi feito na cidade de Triunfo. Queria dizer que ontem fizemos audiência pública no Alto da Mina, onde foi convidado o representante do Consórcio Grande Recife, a Compesa, a secretaria de infraestrutura, controle urbano e trânsito. Eu saí muito animado da audiência, primeiro porque os moradores compareceram, que é o principal. A gente faz as audiências dentro da comunidade para poder fazer com que a comunidade comece a participar da vida pública, cobrando aos gestores da cidade. Então, isso para mim é de imensa importância, a gente sempre está fazendo e mostrando a população que a Câmara de Vereadores, independente de vereador ser votado ou não naquele bairro, o vereador é vereador de toda a cidade de Olinda, o vereador está ali para receber as informações dos moradores para poder cobrar. A gente conseguir levar esses órgãos públicos para dentro de uma comunidade foi mais uma satisfação de poder fazer parte e ser o autor dessa audiência, onde há o recorde de denúncias à Compesa, com vários moradores insatisfeitos, que foi o que passei ontem para o Adriano, a pessoa responsável pela Compesa na audiência. A Compesa ela tem empresas que prestam serviço para ela e essas empresas vêm prestando um desserviço à cidade de Olinda, são empresas que não tem a responsabilidade de fazer o trabalho aqui na cidade, onde faz uma situação e logo após a situação tem que ser feita novamente. Então, a gente espera*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

que o governo do estado, junto com a Compesa, já que são parceiros, comecem a rever esses contratos com essas prestadoras de serviço. O que não pode acontecer é o que vem acontecendo: lá no Alto da Mina, a principal rua, onde passa a linha de ônibus Bultrins, tem vários pontos de canos estourados da Compesa. Então, onde os moradores não tem água nas suas torneiras, nas ruas tem água à vontade indo embora. E o pior, os moradores passam sete, oito dias sem água e um dia com água. Então, isso foi colocado na discussão para que ela reveja o calendário de abastecimento, porque os moradores não podem estar sofrendo essa situação. Não pode a pessoa liberar quando quer a água, chegando outras pessoas para fechar e abrir quando querem, tem que haver uma pessoa responsável da Compesa que fique sempre lá e não qualquer um. A gente não pode fechar os olhos para essa situação. Então, foi cobrada a situação da Compesa e se colocaram à disposição para montar uma equipe e correr atrás para tentar resolver algumas situações dessas. Quanto à secretaria de infraestrutura, foram levadas algumas demandas como pontos de coleta de lixo, porque como não tem a coleta nos Altos, precisa ter uma coleta manual e os moradores terminam colocando justamente onde eles acham que o caminhão passa, porque já que moram no alto, não entra caminhão para recolher o lixo, então deveria ter uma coleta manual. Então, a gente encaminhou requerimento à Prefeitura para que se coloque uma coleta manual lá. O ponto de lixo hoje fica ao lado de uma quadra, algumas ruas que precisam ser refeitas por conta de alguns buracos que existem lá. A Compesa onde tem passado tem deixado rastro, muito ruim para os moradores, ruas que era feitas com dinheiro dos moradores, a Compesa abriu, fez o serviço e deixou o buraco lá. A situação de carros abandonados que existe no bairro, inclusive uma lei de autoria nossa aqui da Câmara de 2014 foi encaminhada e a Prefeitura se colocou à disposição para resolver. Quanto ao consórcio grande recife, que a linha Bultrins, uma linha municipal, as pessoas reclamaram porque pagam vale B numa linha municipal, enquanto uma linha intermunicipal que sai daqui vai para Piedade paga vale A. A gente não entende essa matemática, onde tem uma distância menor se pagando muito e numa distância maior, se paga pouco. Então a gente pediu para que o consórcio grande recife reveja essa situação para que retire o vale B dessa linha dos Bultrins e colocar uma linha para que faça a integração com o terminal da PE-15, porque muitos moradores reclamaram que não existe essa integração. Então, foram situações que moradores trouxeram para a audiência, vários moradores se inscreveram, cobraram as situações e saíram muito satisfeitos sabendo que terá um resultado positivo. Às vezes escuto falar que audiência pública não dá em nada, muitas não dão, mas tem várias que dão resultado e se não tiver, podem acontecer algumas situações. Então, sabemos que muitas dessas situações serão resolvidas. Quanto ao trânsito, foi colocada a linha amarela nas laterais da via principal onde passam os ônibus e os moradores reclamaram que não há onde estacionar, então, a gente encaminhou à secretaria para que pelo menos um lado da via, já que não pode abrir os dois lados, porque o espaço é muito pequeno, apenas cinco metros e ele disse que tem que ser acima de seis metros. Então, pelo menos um lado da via deve colocar um horário específico para estacionamento: se a circulação do ônibus termina às 22h, então deve ser colocado uma placa dizendo que a partir desse horário pode estacionar. E aquele morador que chega do trabalho, da faculdade, vai poder estacionar na frente de sua casa e vai sair no outro dia de manhã cedo, então, por que não ter? Eu lembro que na discussão na época do Shopping Patteo, onde foram colocadas linhas amarelas em várias ruas, vários moradores discutiram essa situação e teve audiência pública onde participamos em Bairro Novo e logo depois a Prefeitura abriu um lado e agora abriu os dois lados, porque viu que poderia ter os dois lados abertos para estacionar. Tudo é um estudo, às vezes a gente faz algo para dar certo, mas se não der, a gente recua. Espero que a Prefeitura veja essa situação e ela se colocou à disposição e logo será resolvido. Agradeço aos moradores que participaram ontem da audiência, terminou umas 22h, mais ou

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

*menos e a gente vai estar aqui, no nosso mandato, nas comunidades, levando as discussões, os pedidos dos moradores, parar poder resolver. Não estamos fazendo mais que nossa obrigação e os representantes das secretarias também. O povo tem o direito de cobrar, e tem que cobrar mesmo, porque se paga imposto, tem que ser revertido em melhorias para as suas comunidades.” Seguindo com o **Livro de Oradores**, o vereador Jorge Federal dispensou seu tempo. O vereador Severino Barbosa – Biaí discursou. **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAÍ:** “Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores das galerias, bem como aqueles que nos assistem em suas casas, eu venho levantar aqui dois problemas. Primeiro essa questão do Canal Bultrins-Fragoso, novamente, que nós fizemos alguns requerimentos, reiteramos algumas vezes aos senadores de Pernambuco, aos deputados federais e estaduais de Pernambuco, enfim, a todos àqueles que de alguma forma ou de outra podem comemorar com a situação desse canal, que tem tanto problema e que ainda não vislumbramos uma situação clara de que tudo vai melhorar e num tempo adequado, que não caiba mais a nós tanta preocupação. Na última vez que tivemos algum contato com as pessoas das secretarias que têm a responsabilidade por essa obra, fomos informados de que no começo de setembro quatrocentos homens vão entrar nesse canal. Gostaríamos de deixar aqui essa nossa preocupação, dizer que ela é de todos os olindenses, principalmente do Prefeito, assim como a secretaria de obras, para que a gente tenha essa situação solucionada. Gostaria de pedir a todos os presentes que passemos a nos preocupar mais de perto, acompanhar. Creio eu que a partir de setembro tenhamos uma nova etapa e uma etapa que possa trazer aquilo que a população de Olinda precisa. Esse canal em 2016 causou transtornos imensos à população, agora causou de novo grandes problemas na nossa região, numa grande parte da cidade de Olinda e esperamos que haja esse trabalho e que ele tenha um caminho adequado, porque a preocupação de todos nós desde o início é que a obra começou pelo meio. É algo que, mesmo sem o conhecimento de engenharia, sabemos que houve um equívoco e agora vão fazer outro trabalho grande, mas no meio, no trecho intermediário e precisamos acompanhar isso, porque é inadmissível que continuemos a ver isso nos invernos e eu já disse que nos anos pares chove mais, não sei se é algo empírico, e não técnico, mas tenho vivenciado isso. Desse modo, há a necessidade de acompanharmos, porque grande parte da população de Olinda tem sofrido com a situação desse canal. Esperemos assim que as obras desse canal, que estão previstas para setembro, tragam uma mudança total ou uma grande melhoria para diminuir essa situação que passamos. O segundo assunto, é que estou apresentando um requerimento, até administrativo, mas eu tentei fazer com que o Presidente deferisse ele disse que não. Eu estou apresentando um requerimento um tanto polêmico, mas sabemos que esta Casa vem economizando nesse tempo, eu até colaborei, porque meu gabinete não tem computador, não tem telefone e eu não fui para nenhum congresso. Sabemos que tem um saldo de seiscentos e poucos mil reais e colhemos assinaturas de onze vereadores e estamos fazendo um apelo ao Presidente para ser devolvido à Prefeitura para ser usado exclusivamente nas áreas de morros, nos alagados, nos córregos, onde foi tão complicado nessas cheias. Não é uma questão de arrogância, em absoluto, mas estamos pensando que dessa maneira ajudaria essas áreas de risco. Imaginem que em Águas Compridas uma verba dessa natureza é importante para que se use para áreas que foram prejudicadas e que sempre estão na iminência de sofrerem problemas toda vez que tem grande precipitação pluviométrica, ou seja, muita chuva. Nós achamos que, em cada área dessas, se for usado uma parcela, se o Presidente autorizar, poderemos ter uma ajuda para esses locais que tanto precisam de verba. Então, deixo aqui ao dispor do Presidente essa solicitação nossa, juntamente com onze vereadores que subscreveram esse requerimento para que possamos nos precaver para que essas áreas tenham esse início e complementando o que se gasta nas áreas de risco, que ainda é muito pouco, mas quando há um somatório de esforços e verbas, a tendência é*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

*diminuir o sofrimento das pessoas que vivem nessas áreas tão complicadas. Agradeço a atenção e deixo à disposição de vossa excelência.” Seguindo com o **Livro de Oradores**, os vereadores Professor Marcelo e Mizael Prestanista dispensaram seus tempos. Encerrado o **Livro de Oradores**, o Presidente convocou o Primeiro Secretário para fazer a verificação dos vereadores presentes. Presentes: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEAL PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA), Severino Barbosa de Souza (BIAI). Ausência justificada dos vereadores Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). O Presidente convocou o Primeiro Secretário para iniciar a **Ordem do Dia. PROJETOS EM DISCUSSÃO: Projeto de Lei nº 49/2019 - Autor: Ricardo Sousa**. Ementa: Institui a gratuidade dos guardas municipais, agentes de trânsito, guardas legislativos e outros que possuem atribuições de segurança vinculados ao Município de Olinda mediante apresentação de carteira de identidade funcional para ingresso a salas de cinema e cineclube, espetáculos digitais e eventos esportivos, de lazer e de entretenimento. Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (Graça Fonseca – Jesuíno Araújo – Ricardo Sousa) opina pela inconstitucionalidade e ilegalidade do projeto de lei. A vereadora Graça Fonseca solicitou uma questão de ordem, a qual foi deferida pelo Presidente. **VEREADORA GRAÇA FONSECA:** “Eu gostaria que, após a fala do autor do projeto, fosse lido o parecer na íntegra.” **VEREADOR RICARDO SOUSA:** “Acho que antes da minha fala pode ler o parecer.” O Presidente Jorge Federal fez a leitura do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 49/2019. **EM DISCUSSÃO.** Os vereadores Ricardo Sousa, Severino Barbosa – Biai, Márcio Barbosa, Graça Fonseca, Algério Antônio, Neto Beira-Rio, João Pé no Chão, Jorge Federal e Irmão Biá quiseram discutir. **VEREADOR RICARDO SOUSA:** “Na realidade esse projeto é um projeto que a gente vem discutindo dentro do parlamento metropolitano. E esse projeto a gente tem apresentado ele em várias casas legislativas, inclusive na casa legislativa da cidade de Paulista esse projeto já foi apresentado pelo vereador Fábio Barros, e foi aprovado e sancionado pelo prefeito do município. No Recife também foi aprovado por aquela casa legislativa, pelo vereador Ricardo Cruz, e passou em todas as comissões com a legalidade. E aí me estranha esta Casa Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça daqui, apresentar um parecer inconstitucional. E um dos argumentos que a gente tem, anexei todos os pareceres, o parecer da Câmara de Paulista, o parecer da Câmara do Recife, anexei a esse projeto. E também existe dentro do Ministério de Direitos Humanos, tem uma portaria interministerial, número 2 de 2010, que traz o seguinte texto: ‘Conceber programas e parcerias que estimulem o acesso a cultura pelos profissionais de segurança pública e suas famílias, mediante vales para desconto ou ingresso gratuito em cinemas, teatros, museus e outras atividades, e que garantam o incentivo à produção cultural própria.’ Então, eu tenho certeza de que uma portaria interministerial nos resguarda com relação a este projeto. E, dentro desse resguardo, eu permanecerei com o projeto apresentado, e espero contar com os nobres pares para a gente poder aprová-lo e encaminhar para sanção do Prefeito.” **VEREADOR SEREVINO BARBOSA – BIAI:** “Caro amigo, vereador Ricardo Sousa, eu tenho a confiança plena na Comissão de Constituição e Justiça. Ademais, após ouvir todo esse relato do parecer da Comissão, embasamento que a comissão trouxe, eu fico numa situação vereador, com todo o*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

respeito a Vossa Excelência, de não aceitar, ou não votar a favor. E, enquanto líder da bancada do governo, eu gostaria de orientar a bancada para que nós seguissemos pelo parecer da Constituição, onde ela diz que o projeto é inconstitucional. Na media em que nós aprovarmos aqui no Plenário para que haja a discussão e aprovação de um projeto, porque o Presidente poderá colocar para o Plenário decidir, isso vai gerar aquele problema que eu já falei em outras oportunidades aqui. O Prefeito vai ter que vetar, aí depois vão aqui derrubar o veto, ou manter o veto, e vai trazer aquele desconforto rotineiro para nós todos, vereadores. De modo que eu gostaria de orientar a bancada que nós votássemos contra qualquer situação que venha a aprovar o projeto, haja vista, com todo o respeito a Vossa Excelência, estou doidinho para votar um projeto que venha. Mas, com certeza, com todo o respeito a Vossa Excelência, que nós, infelizmente, vamos votar contra esse seu projeto, mesmo sabendo da abrangência significativa. Eu sugiro até que Vossa Excelência fizesse uma solicitação por requerimento, se não for aprovado, para que Vossa Excelência obtenha êxito, que leve aos seus contemplados, futuramente, esse benefício. De sorte que gostaria de orientar a bancada para que nós votássemos contra o projeto, para não causar desgaste lá no executivo e, doravante, no próprio legislativo. Está ok.”

VEREADOR MÁRCIO BARBOSA: “O que estranha, vereador Ricardo Sousa, é que eu vi um vídeo do vereador Fábio Barros, lá em paulista, que aprovou esse mesmo projeto com o mesmo conteúdo. O vereador de Recife também aprovou o projeto com o mesmo conteúdo, e o prefeito sancionou. E aqui, a Comissão daqui, não sei se às vezes é diferente de município para município. Mas o mesmo projeto, do mesmo conteúdo, é inconstitucional. Não entendo isso. Então, faço um apelo aos pares desta Casa que aprove o projeto. Se vetar lá, desveta aqui, porque o projeto existe em vários municípios com o mesmo conteúdo da situação.”

VEREADORA GRAÇA FONSECA: “Eu quero deixar bem claro, em primeiro lugar, que a Comissão de Legislação e Justiça não tem nenhum intuito de impedir a aprovação de qualquer projeto que seja, de qualquer integrante desta Casa. Eu tenho dito aqui que a minha posição, às vezes, é uma posição complicada, tanto eu quanto toda a Comissão, que não é composta só de mim, são três vereadores e há um corpo competente de servidores efetivos, que se debruçam sobre o direito, que se debruçam sobre a pesquisa, para que a gente dê um parecer da forma mais responsável possível. Esse projeto foi amplamente discutido aqui com o autor, inclusive com o assessor do autor, aqui na reunião da Comissão de Legislação e Justiça. Nós discutimos mostrando a nossa disposição, e o vereador ficou de mandar alguns dados que dessem suporte para que nós modificássemos essa posição. Ele trouxe um parecer da Comissão de Justiça e Redação de Paulista, que em nenhum momento entra na questão da constitucionalidade.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “Dra. Graça, também teve o do Recife. Aí esse entra.”

VEREADORA GRAÇA FONSECA: “Ambos os pareceres, na concepção da Comissão, foram pareceres feitos de forma aleatória, sem se atentar às questões jurídicas que iriam dar pela possibilidade de iniciativa do vereador, de dar esse tipo de benefício. Eu quero dizer bem que no mérito é válido, eu estou a favor. No mérito é diferente da questão técnica-jurídica. Mas o que complica a Comissão de Legislação é que n’s ficamos com a parte mais antipática do processo legislativo, que é receber ou não, saber se é constitucional ou não, saber se é legal ou não, saber se a técnica legislativa está certa ou não. Nós não somos os donos da verdade. Agora, cada câmara, cada casa legislativa tem a sua independência. É claro, se há outras casas que fazem, e a gente encontra naqueles argumentos força suficiente para poder aceitar os argumentos de quem já fez anteriormente, claro que nós aqui não vamos contra. Mas nós estamos com precedentes jurídicos muito superiores às casas legislativas municipais. Estão aí no parecer várias decisões de órgãos superiores analisando questões de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade, que foi apresentada após a aprovação do projeto na casa legislativa, e que o judiciário considera que o parlamentar não tem iniciativa para esse tipo de

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

matéria. Então a Comissão tem que se ater às questões lá de cima, que são os precedente jurídicos, são as decisões jurídicas de órgãos superiores que forma a jurisprudência para que a gente possa decidir. Então, de forma nenhuma, vereador, a Comissão não tem nenhum óbice ao mérito do projeto. Entende que isso é assunto para que sirva de uma indicação ao Prefeito, porque é a ele que compete beneficiar ou não uma categoria funcional. Agora, a gente se prendeu exatamente na questão da iniciativa legislativa, que o parlamentar não tem, nesta matéria que está sendo questionada agora, iniciativa, pela Constituição Federal, para apresentar esse tipo de projeto de lei. É essa a justificativa que eu quero deixar aqui.”

VEREADOR ALGÉRIO – A NOSSA VOZ: “Eu sou até, vereador Ricardo Sousa, Vossa Excelência, e a gente sempre comenta aqui da rapidez esses vereadores que chegam de primeiro mandato. Quando eu fiz essa lei e fui apresentar, aí disseram: ‘Ricardo Sousa chegou primeiro.’ Eu disse: ‘Mas rapaz, que menino rápido.’ E aí eu retirei. Com base exatamente nessa questão de outros municípios.”

VEREADOR RICARDO SOUSA: “Sr. Vereador, se quiser fazer em conjunto, estamos à disposição. Não tem problema nenhum.”

VEREADOR ALGÉRIO – A NOSSA VOZ: “Tendo em vista que a gente vê que outros municípios aprovaram, e eu me baseei, também, nisso. Foi passado para a gente essa forma. E fico feliz quando a Comissão diz que o mérito é entendido, que é de importância. Mas com base em decisões, não é a pessoa, é com base nas decisões. Porque eu sei se a Dra. Graça seguisse o pensamento e a vontade dela, ela não dava esse parecer, mas aí não vale a vontade e o querer, vale o que já tem ali por base para seguir. Eu acho que por isso que uma das reformas que deveria acontecer, com urgência, é a reforma do poder judiciário. Porque há anos, quando trabalhava com o pai do Secretário João Luís, e eu tinha o privilégio de ir em várias salas de advogados vender os livros, e muitos advogados diziam: ‘Eu não quero livro não, eu só quero a jurisprudência, eu só quero a assinatura da Revista LTR.’ Se eu não me engano. Porque ali já tem as decisões. E as vezes a gente vê o vereador Vlademir Labanca, sempre que a gente entra nesse assunto de justiça, ele sempre relata isso, que temos jurisprudência, temos decisões, e é isso que deixa a gente, também, seguindo essas orientações, tendo em vista que tem as leis, mas tem as decisões, a interpretações. E aí a gente vê, um dia solta, outro dia prende, outro dia muda, e a gente vê essas mudanças de interpretações de juízes, que dizem que ninguém sabe o que vai sair, devido à análise, o conhecimento, e o que eu vejo. E o que ele vê o que ele pensa e o que ele acha é o que ele coloca, e acontece. Então a gente vê que coisa desse tipo, que se os agentes de trânsito, os guardas municipais, o nosso amigo que está ali, o guarda legislativo, se for reservado 5%, e que a gente sabe do número que tem aqui no nosso município. E que hoje a gente pode dizer, bater no peito com muita felicidade, temos várias salas de cinemas, e que se vê 5%, é um número muito irrisório para ser passado, que eu acredito que nem a 1% vai chegar isso. Porque em uma sala que a gente tem 500 vagas, vai ser 5 pessoas, e eu não acredito que 5 guardas vão todos os dias para o cinema. Então é um número muito pequeno, se a gente partir desse princípio vereador Ricardo Sousa. Então isso não vai dar impacto financeiro. Eu confesso que faz anos que eu deixei de ir para o cinema, mas quando a gente vê as pessoas, sempre dizem: ‘Metade está livre... Tinha 20% de ocupação e 80% livre.’ Então, se a gente partir do princípio de 5%, a gente vai ver que é um número muito pequeno e que não vai acontecer isso constantemente, porque os guardas legislativos, os guardas de trânsito e os guardas do nosso município é um pessoal que está sempre se requalificando, estudando. Isso só irá acontecer no final de semana. Quando o vereador Severino Barbosa de Souza – Biai fala da questão da bancada e é conhecedor que eu faço parte da bancada do Prefeito, isso não é uma lei do Prefeito, porque se fosse, aí era uma coisa que poderia a gente pensar e refletir essa questão da bancada. Mas isso é uma coisa do vereador e da Comissão. O vereador propôs e a Comissão viu que é inconstitucional. E aí cabe aos vereadores aqui analisar e ver dessa questão da mudança. Aí eu

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

quero dizer ao meu vice-líder aqui, e ao meu líder, que quando for coisa do Prefeito Lupércio, conte com a minha atenção e o meu carinho. Mas quando é assunto do vereador, fica difícil de a gente ligar isso ao Prefeito. Eu acho que há coisas diferenciadas. Então, conte com o meu voto. Eu vejo que é de grande importância, eu vejo que se a gente está no Poder Legislativo, também é para fazer mudança, porque tem uma lei que eu apresentei que, incrível que pareça vereadora Denise, ela deu inconstitucional, e é uma coisa que depois vai chegar aqui.” **VEREADORA GRAÇA FONSECA:** “O senhor se refira, por favor, à Comissão de Legislação e Justiça, porque dá a entender. Porque acho engraçado que toda essa discussão vem centrada como se fosse eu. Não sou eu. Inclusive, há até uma questão de um projeto de lei meu, que eu entrei, e a Comissão considerou inconstitucional e eu retirei. Então é uma questão, eu tenho essa humildade também. E quero dizer que o que Vossa Excelência falou aqui, em nenhum momento eu tirei o mérito do projeto de lei como pessoa, e eu acredito que a Comissão também não. Concordo com tudo o que o senhor falou com relação à questão do desconto, que é ínfimo para a prefeitura. Mas o que estamos discutindo agora é a constitucionalidade ou não do projeto, o mérito é outra coisa. Entendeu? Só para deixar bem esclarecido que o ‘ela’ é a Comissão da qual eu faço parte.” **VEREADOR ALGÉRIO – A NOSSA VOZ:** “Dando continuidade a minha fala. No início da minha fala eu falei bem claro, e está registrado, que não é uma coisa da vereadora Graça Fonseca, é uma coisa da Comissão, que se dependesse da pessoa da vereadora Graça Fonseca, ela tinha uma decisão, mas como ela representa uma Comissão e faz parte. Aí eu deixei bem claro já no início da minha fala para que isso não ficasse entendido aqui que é a vereadora Graça Fonseca. Aí, vereadora Denise Almeida, a gente entrou com um projeto de lei aqui e a Comissão deu um parecer inconstitucional, referente ao círculo de oração. Veja que depois vai trazer para esta Casa e a gente vai, também, ter momento como este, se um projeto de lei, que aí não vou entrar nesse assunto, porque aí vai deixar para outro momento, que eu vejo exatamente essas inconstitucionalidades que acontecem com coisas que a gente está aqui para mudar. Eu acho que o Legislativo está aqui, também, para mudar essa situação. Então, finalizando, vereador Ricardo Sousa, conte com esse meu voto. Eu vejo, para finalizar, se estamos aqui é para se fazer. Eu acho que aqui ninguém é vereador lagartixa, como já ouvi um vereador aqui que trouxe uma tartaruga, comprou e trouxe, e botou em cada mesa aqui, na frente de cada vereador, e a tartaruga só fazia balançar a cabeça. Ele chegou aqui, trouxe a botou aqui na mesa. E aí mostra que a gente não é isso. Se a gente está vendo que é possível, não vai dar prejuízo, é uma coisa boa, é salutar, por que não votar? Não contra a Comissão, mas, sim, a favor dos agentes de trânsito, guarda municipal e agente legislativo. Muito obrigado.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Sr. Presidente!” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Vereador Biaí, Vossa Excelência já falou.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Não! Eu fui citado.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Não! Agora não.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Fui citado por ele.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Dê licença vereador. Próximo que vai discutir? Vereador Neto” **VEREADOR NETO DA BEIRA RIO:** “Vereador Ricardo Sousa, se Recife e Paulista tem, bora botar em Olinda. Se der m****, vai dar nos três municípios. Então bora votar.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Sr. Presidente!” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Vereador Biaí, eu estou em discussão. Vossa Excelência pode ter questão de ordem depois que terminar a discussão. Vossa Excelência falou também. Quando Vossa Excelência falou eu não... Eu sei, mas Vossa Excelência não contou aí não, eu estava vendo ali, Vossa Excelência falou a mais. Eu não deixo ninguém aqui sem falar até terminar o raciocínio, então, por favor. Mais alguém querendo discutir? Vereador Irmão Biá. A gente tem que abrir a oportunidade da discussão para todos.” **VEREADOR IRMÃO BIÁ:** “Ricardo Sousa, quero dizer a Vossa Excelência que conte comigo, a gente aqui

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

não é contra vereador. Agora, o que me chama a atenção, a gente está vendo essa discussão, é que, infelizmente, a bancada se levanta até contra o projeto do vereador, e alguns vereadores até a favor. Mas fique sabendo de uma coisa, o meu voto é favorável, tanto no projeto quanto no veto, porque eu quero ver quando vetar, se vai permanecer o voto.” **VEREADOR JOÃO PÉ NO CHÃO:** “Olhe gente, a gente fica com a saia apertada para decidir isso, porque se a Comissão deu inconstitucionalidade e ilegal, não tenho nada contra Ricardo, é meu amigo, somos do mesmo partido, mas eu vou pela Comissão. Se é pela ilegalidade, não vai ter o meu voto Ricardo, sinto muito, você é meu amigo, independente de qualquer coisa. Eu vou pelo parecer da Comissão.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Nós estamos em discussão, qualquer colega pode discutir o que quiser. A hora da votação é que o voto é independente. Tem mais algum vereador? Não? Vereador Biai com a palavra.” **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “Quando eu disse o vereador Algério, que me citou na fala dele, não entendeu o que eu falei. Infelizmente ele tem essas características. Meu amigo, respeito muito, mas de vez em quando não entende. Eu falei, vereador, a questão do prefeito vetar o projeto, o desgaste que vai haver. Cada veto que vai, que o prefeito tem que vetar o projeto, porque o projeto é inconstitucional. O direito não é uma ciência exata vereador, o direito é controverso, o direito é interpretativo, o direito é uma série de nuances, e talvez Vossa Excelência não tenha se apercebido disso. Então, quando eu falei do prefeito vetar, vai voltar para cá. Ai vamos derrubar o veto? Vamos manter o veto? Foi isso que eu coloquei. Na medida em que... Respeito ao vereador Ricardo Sousa, meu amigo, uma pessoa que eu tenho toda a consideração. Só que o projeto, quando é aprovado aqui de forma inconstitucional, ele vai e o prefeito vai vetar, e depois nós vamos ter o mesmo desgaste de estar derrubando veto, mantendo veto, e isso não é salutar para ninguém, principalmente para a Casa Legislativa. Hoje, votar uma matéria, quando é daqui a pouco é vetada e eu vou aprovar o veto. É uma coisa que deixa o legislativo vulnerável, eu queria que Vossa Excelência entendesse isso, deixa vulnerável. Amanhã ou depois: ‘Não! Eu vou votar a favor do veto. O prefeito vetou.’ Ai o vereador que votou aqui a favor da matéria, vai votar contra a matéria. Já houve isso há dois anos, há um ano, Irmão Biá, muito bem, levantou isso agora. Foi isso o que eu coloquei, de forma bem clara. A explanação da vereadora Graça, muito bem feita, o parecer com embasamento, a quantidade de tempo que o Presidente passou aí lendo o embasamento do parecer, só isso aí nos deu aquele embasamento total para mostrar que não temos nada, o projeto é salutar, a ideia do vereador é salutar, menos a votação. Foi isso que eu coloquei. Então, se tiver bancada, a bancada vota contra o projeto. Se não tiver, evidentemente que não vota. Eu não estou dizendo aqui que matéria do prefeito tem que votar. Não. Qualquer matéria envolve o executivo também. Muito obrigado Sr. Presidente pela benevolência.” **VEREADOR ALGÉRIO – A NOSSA VOZ:** “Sr. Presidente, o direito de resposta.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Vejam só. Questões do projeto a gente discute, qualquer outra questão fica ruim. Vereador Algério, para finalizar, e eu vou dar a palavra a vereadora Graça Fonseca, ela se mexeu ali, e vou encerra para botar a votação.” **VEREADOR ALGÉRIO – A NOSSA VOZ:** “Está dentro do projeto Sr. Presidente. Eu fico muito feliz Ricardo Sousa, porque eu acho que já estava em tempo de a gente ter momentos como esse, de trazer assunto de interesse do município, do povo que está nos acompanhando e está em casa. Eu sei, sou bem ciente que eu não tenho o entendimento do vereador Severino Barbosa de Sousa – Biai, respeito. À vezes eu demoro a entender as coisas, mas eu não tenho o poder de adivinhar, se o vereador Severino Barbosa de Sousa – Biai adivinha e já sabe que o Prefeito Lupércio vai vetar, aí é outro caso. Eu acho que o caso que a gente está tratando aqui é aprovar ou não aprovar. Se amanhã o Prefeito vetar, é outra situação. Então eu confesso, vereador Severino Barbosa de Sousa – Biai, eu não tenho o poder de adivinhar, e não tenho, e não quero ter esse poder de adivinhar. Mas se Vossa Excelência tem o poder de adivinhar e já

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

está dizendo que eu sou contra o veto do Prefeito, que vai gerar o veto do Prefeito, isso aí cabe a Vossa Excelência com o seu entendimento, de conhecedor do poder de adivinho, que eu confesso que eu não tenho. E aí, quando chegar esse veto, aí é outra coisa. E aí eu vou votar no projeto hoje, favorável, e se o veto acontecer, vier a acontecer, aí a gente vai trazer para esta Casa e, também discutir. Eu acho que é isso que tem que engrandecer esse Poder Legislativo. Muito obrigado Sr. Presidente.” **VEREADORA GRAÇA FONSECA:** “*Eu não vou discutir não Sr. Presidente. Eu só queria lembra a Vossa Excelência para reafirmar aqui que ninguém vai aprovar ou não o projeto agora. O que vai ser colocado em discussão é o parecer da Comissão de Justiça, se é inconstitucional ou não. Sim. Mas pode dar a entender que vai votar já o mérito do projeto. Só para lembra Vossa Excelência.”* **EM VOTAÇÃO** o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 49/2019. Votação nominal. Votaram favoravelmente: Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEL PRESTANISTA), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Severino Barbosa de Souza (BIAI). Votaram contrariamente: Alexandro de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA). Os vereadores Jesuíno Araújo e Neto da Beira Rio justificaram seus votos. **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** “*É uma situação da gente realmente pensar e, como foi discutido aqui, como foi dado o parecer como inconstitucional, desse projeto. Eu sou a favor do projeto, independente do que foi colocado como inconstitucional, acho que não traz dano nenhum para a cidade. E eu voto contra o parecer.”* **VEREADOR NETO DA BEIRA RIO:** “*Vou votar contra o parecer. Eu acho que isso aí não é nada polêmico. O que a gente deveria estar brigando aqui era sobre os alagamentos, as barreiras, que estão matando o povo, e a gente está perdendo aqui com um projeto tão pequeno desse, parta o guarda assistir um filme. Eu voto aqui com Ricardo Sousa, com certeza.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “*É triste você...”* **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “*Vossa Excelência já discutiu vereador.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “*Mas eu estou discutindo não Presidente.”* **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “*Mas está justificando.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “*Vossa Excelência quer cortar a minha palavra. Vossa Excelência deu tanta palavra a todo mundo.”* **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “*Não! Vossa Excelência sabe da regra.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “*Eu sei da regra. Vossa Excelência, talvez que não sabe.”* **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “*Quem discute não justifica. Vossa Excelência depois fala. Vai ter outra votação ainda.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA – BIAI:** “*Se Vossa Excelência quiser que eu não fale, eu me ausento da Sessão. Não tem problema não.”* **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “*Não! Não! Vossa Excelência não se faça de vítima não, porque Vossa Excelência não é vítima não.”* **REJEITADO o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 49/2019 por 9 votos contrários e 5 votos favoráveis.** **EM DISCUSSÃO** o Projeto de Lei nº 49/2019 - autor: Ricardo Sousa. Não houve quem quisesse discutir. **EM VOTAÇÃO.** Não houve discordância alguma. **APROVADO o Projeto de Lei nº 49/2019 de autoria do vereador Ricardo Sousa.** Seguindo com a **Ordem do Dia, Projeto de Lei nº 50/2019 - Autor: Ricardo Sousa.** Ementa: Lei que regulamenta a obrigatoriedade dos Estabelecimentos de Saúde Comunicar ao Conselho Tutelar Violações de Direitos da Criança e do Adolescente. Parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação (Graça Fonseca – Jesuíno Araújo – Ricardo Sousa). **EM DISCUSSÃO.** O vereador Ricardo Sousa quis discutir. **VEREADOR RICARDO SOUSA:** “*Sr. Presidente, na realidade*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

esse projeto de lei também entra nesse mérito da constitucionalidade ou não. Esse aqui eu entendo que já existe um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente que informa que as unidades de saúde, unidades escolares tem que fazer esse comunicado. Na realidade a gente queria muito mais era reafirmar esse compromisso que as unidades tenham, e por isso que a gente colocou esse projeto no âmbito municipal. Mas compreendendo que já é contemplado pelo ECA, eu vou prezar pelo cumprimento do Estatuto e vou solicitar a Vossa Excelência a retirada do projeto, e vou encaminhar em forma de requerimento ao Prefeito para dar ciência.” **O Projeto de Lei nº 50/2019 foi retirado pelo autor.** O Presidente encerrou a Sessão Ordinária, convocando a próxima para o dia 3 de setembro no horário regimental. Ao final desta sessão, foi constatada, em consonância com o Livro de Presença dos Vereadores, a presença dos seguintes: Alexandro de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEL PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA), Severino Barbosa de Souza (BIAI). Ausência justificada dos vereadores Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). O horário de encerramento desta Sessão foi às doze horas e cinco minutos. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários.

JORGE FEDERAL (PR)
Presidente

VLADEMIR LABANCA (PTC)
2º Vice-Presidente

SAULO HOLANDA (PTC)
2º Secretário

MÁRCIO BARBOSA (Sem partido)
1º Vice-Presidente

ALGÉRIO A NOSSA VOZ (PSB)
1º Secretário